

18 FEV 1986

Repensando a dívida

externa

O bonde da moratória já passou. O Brasil não mais está de joelhos, dobrado pela asfixia cambial de 1982/84. Na raça e no grito, recuperamos a condição política de devedor soberano, com o resgate do nosso elástico físico para a barganha externa. O Brasil já pode "pensar grande" no processo de renegociação do serviço da dívida. De preferência, em tática direta com os bancos credores, sem a intromissão das patrulhas contábeis do FMI.

Chegou a hora de falar grosso.

A colocação é do novo ministro da Cultura, Celso Furtado. Autor festejado de livros, ensaios e manifestos sobre a necessidade (e a oportunidade) da moratória negociada e até mesmo da moratória unilateral, o economista Celso Furtado refaz sua posição nas páginas amarelas da revista **Veja**, desta semana: a realidade econômica mudou, a oportunidade da moratória passou.

Do lado de fora, o refluxo da crise cíclica do capitalismo opulento — exportador de choques para o capitalismo periférico. Aqui dentro, a mudança do regime político, a recriação do objetivo nacional e a revisão do modelo econômico.

Os "fatos novos", que dispensam o trauma sem alternativa da moratória unilateral, são alinhados por economistas que defenderam, bravamente, o expediente da ruptura das regras do jogo — de Celso Monteiro Furtado a Antonio Barros de Castro, passando por Carlos Lessa, Francisco Lopes, Paul Singer, Conceição Tavares, Lara Resende ou Gonzaga Belluzzo. Eis os "fatos novos" que patrocinam a renegociação política da dívida externa, ao largo das rígidas rotinas bancárias:

1) o Brasil volta a pagar em dia a conta abrasiva e injusta dos juros unilateralmente fixados pelos credores;

2) nos últimos 25 meses, a economia brasileira acumulou um saldo comercial de US\$ 25 bilhões, do exato tamanho da remessa dos juros;

3) nos últimos 12 meses, o produto nacional voltou a crescer de US\$ 21 bilhões, depois de 1.500 dias de emagrecimento forçado;

4) a contabilidade externa recupera o capacete cambial de quase US\$ 8 bilhões de reservas, equivalente a meio ano de importações;

5) o Brasil beneficia-se da desvalorização do petróleo, na contramão dos graves prejuízos sofridos por México, Venezuela ou Peru.

A nova conjuntura coloca azeitonas gregas na empada da renegociação brasileira — se o Brasil tiver competência técnica e clarividência política na cobrança desse **penalty**. E quem ensaia cobrar o **penalty** é, exatamente, o presidente do clube, como recomendava Gentil Cardoso, evangelista da bola.

Na mensagem ao Congresso Nacional, na reabertura dos trabalhos legislativos, a 1ª de março, o presidente José Sarney vai proclamar, em tom diplomaticamente severo, que a economia brasileira será restaurada de dentro para fora e não mais de fora para dentro. O pagamento da dívida deixou de ser o objetivo condicionante, passou a ser o objetivo condicionado.

A nova postura brasileira, tecnicamente já executada, mas ainda não politicamente proclamada, coloca o crescimento da economia como "fator condicionante" para o pagamento da dívida. Ou na observação do ministro Celso Furtado: quem volta a ampliar o produto nacional de US\$ 21 bilhões por ano ou de quase US\$ 2 bilhões por mês, está simplesmente dizendo aos banqueiros ressabiados que "recuperamos a condição física para o pagamento das contas".

O retratamento político da dívida externa, a ser "institucionalizado" pela próxima mensagem presidencial ao Congresso Brasileiro (versão tupiniquim do discurso do "Estado da União" do presidente dos Estados Unidos), foi antecipado, domingo, pela **Folha de S. Paulo**. Com o grifo: devedor soberano, o Brasil não mais vai praticar as atuais regras do jogo.

A nova postura (ou intenção?) brasileira guarda relação com a substituição de Dornelles e Setúbal por Funaro e Sodré. Para o bom entendedor...

O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, pretende clarear o assunto na próxima sexta-feira. Desde o carnaval, ele trabalha em um importante pronunciamento que fará para empresários do comércio de São Paulo sobre "os novos rumos da economia brasileira" — com destaque para o tratamento da dívida externa, colocada como impasse para o chamado "relançamento da economia do pau-na-máquina".

Impasse? Para Celso Furtado, o "impasse" também já passou. Diz o ministro da Cultura, na **Veja**, que o impasse da dívida externa acabou rompido pela evolução da conjuntura nacional e internacional, descrito acima.

E o impasse da inflação inercial ou irremovível?

O Brasil volta a ser um "bom risco", digno de tratamento favorecido dos bancos protestantes (no sentido weberiano) com essa inflação chumbada ao patamar apocalíptico dos três dígitos?

O novo ministro da Cultura — para quem cultura é um recurso e não um produto — jura que o impasse da inflação está sendo rompido pelo lado do crescimento da economia, a ferro e fogo. Com o toque de classe:

"Sou um profundo admirador do ministro Dilson Funaro. Ele pensa, primeiro, em desenvolvimento".